

Créditos de biodiversidade: prazo de inscrição de RPPNs termina nesta quarta-feira

30/09/2025

Desenvolvimento Sustentável

O prazo para proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) se inscreverem no primeiro edital de créditos de biodiversidade do Paraná termina nesta quarta-feira (1º). A chamada pública, lançada em julho pela Secretaria do Desenvolvimento Sustentável (Sedest) em parceria com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), prevê a negociação de R\$ 2 milhões em créditos paranaenses de biodiversidade.

A Política Estadual de Créditos de Biodiversidade é presente no Estado desde outubro de 2024 e busca ampliar o financiamento destinado à preservação da natureza, uma estratégia que já desperta interesse internacional. A lista final dos selecionados do edital será publicada em 8 de dezembro. Para mais informações acesse [AQUI](#).

“Esse é um projeto-piloto, com duração de dois anos e custeado pelo Governo do Estado, a base para fazer com que essa política tão importante avance no Paraná. Criamos um modelo paranaense de geração de incentivos financeiros por meio de serviços ambientais prestados à preservação, conservação e à restauração ambiental”, destaca a coordenadora de Patrimônio Natural e Educação Ambiental da Sedest e uma das idealizadoras do projeto, Nara Lucia da Silva.

- [IAT aplica R\\$ 2,9 milhões em multas ambientais durante a Operação Mata Atlântica em Pé](#)

Os chamados créditos de biodiversidade são certificados que representam um saldo líquido positivo na conservação e restauração do meio ambiente, gerados a partir de projetos que protegem ou aumentam áreas naturais. Funcionam como um incentivo financeiro para que proprietários de terras e empresas valorizem os serviços ecossistêmicos, permitindo a venda desses créditos para outras companhias que queiram demonstrar compromisso com a preservação ambiental.

No modelo do Paraná, 20 propriedades passarão por um processo de seleção,

capacitando esses pontos para geração dos créditos de biodiversidade, que serão vendidos exclusivamente ao BRDE. As RPPNs escolhidas passarão por um diagnóstico, seguido da elaboração de um plano de ação. O crédito será gerado a partir dessa avaliação, que deverá ser feita por uma entidade independente.

- **Cidadão Sustentável: Governo do Paraná lança capacitação gratuita sobre sustentabilidade**

Os certificados gerados e validados serão vendidos a preço fixo. O pagamento será em duas etapas: a primeira, após a classificação inicial, e a segunda, ao final do segundo ano do projeto. Cada crédito será adquirido inicialmente por R\$ 25, valor pago após a certificação do primeiro ano. Caso, ao final do segundo ano, se confirme a execução integral do plano de ação, o preço sobe para R\$ 37,50 por crédito. O valor máximo por propriedade é de R\$ 40 mil no primeiro ano, podendo chegar a R\$ 60 mil no segundo, desde que os compromissos de melhoria ambiental sejam plenamente cumpridos.